SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/11/2015 - Instituto Telecom

Oi registra prejuízo de R$ 1 bilhão no terceiro trimestre

A Oi apresentou à CVM nesta quinta, 12, seu balanço operacional e financeiro referente ao terceiro trimestre. A operadora apresentou receita líquida de serviços de R$ 6,4 bilhões no terceiro trimestre, o que é 1% a menos do que no mesmo período de 2014. No acumulado do ano, a receita líquida foi de R$ 19,6 bilhões, 2% a menos do que em 2014. O segmento residencial teve queda de 0,6% no trimestre, totalizando uma receita de R$ 2,4 bilhões. Já o segmento móvel teve um aumento de 0,9% no trimestre, para R$ 2 bilhões, e o segmento corporativo teve queda de 3,1% no trimestre em relação ao mesmo período de 2014, fechando em R$ 1,96 bilhão. Um aspecto que teve peso negativo na receita da Oi foi a interconexão. Excluindo essa variável, as receitas trimestrais teriam registrado alta de 0,9% no trimestre e 0,2% no ano.

O EBITDA reportado foi de 2,178 bilhões no trimestre e R$ 6,09 bilhões no acumulado do ano, o que dá uma variação negativa de 3,6% e 15% respectivamente nas comparações com 2014. A Oi tem dado ênfase, contudo, ao aumento do que chama de EBITDA de rotina, indicador que registrou aumento de 10,6% no trimestre, para R$ 1,74 bilhão. A margem sobre o EBITDA de rotina está em 26,7%. Os investimentos, por sua vez, caíram drasticamente em relação a 2014. No terceiro trimestre o Capex foi de R$ 950 milhões, 33,6% a menos em relação a 2014. No acumulado anual, os investimentos foram de R$ 2,9 bilhões, uma retração de 25,9% em relação a 2014.

O prejuízo trimestral da Oi foi de R$ 1 bilhão, contra um lucro de R$ 5 milhões no mesmo período de 2014. No acumulado do ano a Oi acumula prejuízo de R$ 797 milhões.

Dívida

O problema financeiro mais crítico da Oi, contudo, segue sendo a dívida, que aumentou em R$ 2,3 bilhões no trimestre, para R$ 53,85 bilhões, em função da variação cambial e do descasamento contábil entre valor de mercado e valor contratual dos derivativos. O caixa da empresa é de R$ 16,4 bilhões, o que joga o valor líquido da dívida para 37,241 bilhões. Em 2015 a Oi tem ainda cerca de R$ 1 bilhão a amortizar, e a partir de 2016 os valores de dívida a ser amortizada (ou renegociada) são de R$ 11,35 bilhões (2016), R$ 8,9 bilhões (2017), R$ 6,9 bilhões (2018), R$ 5,9 bilhões (2019) e R$ 19,4 bilhões a partir de 2020.

Operacional

Em termos operacionais, a Oi teve retração de base em praticamente todos os serviços. A operadora segue registrando uma forte erosão na sua base de telefones fixos, que totalizou 10,2 milhões de clientes no trimestre, número 8,2% menor do que o mesmo período de 2014. Em relação ao segundo trimestre, a queda é de 2,1%. Também na banda larga houve queda de base no trimestre, para 5,1 milhões, 2% a menos em relação a 2014. A TV paga teve aumento de 13,4% na base em relação ao terceiro trimestre de 2014, para 1,17 milhão de clientes, mas no trimestre houve queda de 1,1% na base de TV paga. A receita média por usuário residencial está em R$ 79,5.

Nos serviços móveis, a base de 47 milhões de clientes é 3,9% menor do que o mesmo período de 2014. Chama a atenção o fato de que a perda está se dando também no segmento pós-pago, que fechou com 6,7 milhões de clientes e uma queda de 3,2% no trimestre em relação a 2014. No segmento corporativo a queda foi de 5% no trimestre em relação a 2014, para um total de 7,6 milhões de clientes.

A operadora destaca que apesar da queda nas bases de clientes, tem havido uma melhora na qualidade das receitas, sobretudo no segmento móvel e residencial. Nos serviços móveis, a melhoria se deve ao crescimento das receitas de dados: 52,8% em relação ao mesmo período de 2014, para R$ 764 milhões no trimestre. Isso representa 43% da receita com serviços móveis. Esse resultado se deve ao aumento da penetração de aparelhos 3G e 4G na base, para 56%. Note-se, portanto, que a Oi ainda tem um percentual elevado da base com aparelhos mais simples, 2G.

O que a Oi conseguiu fazer com grande sucesso foi cortar significativamente os custos operacionais, que caíram 4,1% no trimestre, para R$ 4,77 bilhões.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/11/2015 - Instituto Telecom

Claro e Embratel reforçam infraestrutura de telecom em Mariana

O Grupo América Móvil Brasil, que opera por meio das marcas Claro, Embratel e NET, adotou um plano emergencial para fortalecer toda a infraestrutura de telecomunicações na região do distrito de Bento Rodrigues, entre as cidades de Mariana e Ouro Preto, na região central de Minas Gerais. Após o rompimento de duas barragens, uma enxurrada de lama inundou e destruiu várias casas no local. Atualmente, o grupo é o único com sinal em funcionamento na região, dando suporte às equipes que trabalham no local.

Gustavo Silbert, diretor executivo da Embratel, diz que a companhia mobilizou equipes técnicas para reforçar toda a infraestrutura que atende a região. "Estamos garantindo mais capacidade e disponibilidade no sistema de telecomunicações", afirma. A região está com uma grande deficiência em diversas áreas essenciais, como no fornecimento de água e luz.

De acordo com ele, a iniciativa visa manter a rede de telecomunicações do distrito funcionando de forma autônoma. "Também estamos oferecendo serviços fundamentais para ajudar a comunidade local, as empresas da região, as autoridades e órgãos que trabalham nas atividades de socorro, resgate e recuperação da área", diz Silbert.

O diretor relata que foi criado um comitê de ações conjuntas com órgão governamentais e, após solicitação da Câmara Municipal e com suporte das equipes de resgate, técnicos da Embratel conseguiram acesso ao local, melhorando o sinal em Bento Rodrigues.

Por ser a única rede móvel em operação, a Claro liberou chips para telefones celulares para uso das equipes de resgate e monitoramento, inclusive para os sistema de alarme via SMS. Também foi criada uma interface direta para resposta imediata aos pedidos técnicos das equipes que trabalham no local e precisam estar em permanente contato.

Comissão aprova internet grátis em rodoviárias, portos e aeroportos com recursos do Fust

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados aprovou proposta que torna obrigatória a implantação de pontos de acesso gratuito à internet em rodoviárias, estações de trem, portos e aeroportos. Conforme o Projeto de Lei 2070/15, do deputado Hélio Leite (DEM-PA), as cidades com até 50 mil habitantes terão até 31 de dezembro de 2017 para cumprir a medida, utilizando recursos públicos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). As demais localidades terão prazo até 31 de dezembro de 2018.

O projeto modifica a Lei do Fust (9.998/00), na parte que trata da aplicação dos recursos. Atualmente, a norma já prevê a utilização desse fundo para implantação de redes públicas de acesso à Internet em locais como bibliotecas, escolas, postos de saúde e áreas de fronteira. "Portanto, a presente proposta apenas expande o rol de possíveis destinações para os recursos do fundo no que diz respeito a redes públicas de acesso à internet", sustenta o autor da proposta.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado ainda pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Depois segue para o Senado.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/11/2015 - Convergência Digital

TV Digital: Teles e TVs não se entendem. Governo baterá o martelo

As emissoras de televisão e as teles móveis não chegaram a um acerto sobre o que fazer com o cronograma do desligamento analógico. Como resultado, foi frisado nesta quinta-feira, 12/11, durante reunião do Gired (o grupo que também inclui governo e Anatel), que a decisão sobre os próximos passos será do Ministério das Comunicações e tomará forma em uma Portaria a sair até o fim do mês.

Na prática, como adiantou o ministro André Figueiredo, diante da falta de preparação suficiente, o desligamento dos sinais analógicos em Rio Verde-GO, primeira cidade do calendário, não será mais em 29/11 próximo, mas adiada por 60 dias.

A ideia é que na data antes prevista sejam implementadas algumas das propostas para incomodar os telespectadores – tarjas maiores ou transmissão sem som durante alguns minutos, por exemplo. "Talvez mesmo depois desses 60 dias ainda não tenhamos os 93%. Mas vamos mudar a medição", revelou Figueiredo.

Na verdade, a próxima pesquisa sobre a preparação de Rio Verde será apresentada na próxima semana ao Gired – no dia 25 ao GT de comunicação e debatida em 27/11, na reunião do grupo. Ela já trará mudanças na metodologia que, espera-se, vão turbinar o percentual de lares preparados. A meta é 93%.

"Como não teve acordo, achamos melhor deixar para o ministro decidir. Vai ter uma solução específica para Rio Verde, mas continuamos avaliando a proposta da radiodifusão de ajuste no cronograma", disse o coordenador do Gired, o conselheiro da Anatel Rodrigo Zerbone.

As emissoras de televisão levaram uma nova sugestão nesta quinta, para a inclusão de uma 'tela preta' entre a programação normal e os intervalos comerciais. "Como não é uma inserção dentro da programação a ponto de incomodar o espectador e fazê-lo buscar uma solução, a própria radiodifusão vai aperfeiçoar a proposta", diz Zerbone.

08/11/2015 - Rede Brasil Atual

Originado em 1998, mensalão tucano ainda não foi julgado

Personagens como Marcos Valério, já condenado no STF pelo chamado mensalão do PT,e Eduardo Azeredo, ex-presidente do PSDB, entre outros, estão por conta da boa vontade da Justiça de Minas Gerais

O processo do mensalão tucano contra o ex-governador mineiro Eduardo Azeredo, do PSDB, ainda não foi julgado pela Justiça de Minas Gerais depois de o Supremo Tribunal Federal ter enviado a ação para lá em março do ano passado. Para o deputado estadual Rogério Correia (PT-MG), o STF ao enviar esse processo para a Justiça mineira deu atestado de que não quer investigar os tucanos e no caso do PT mandou prender e fez um escarcéu danado".

Correia esclarece que as irregularidades não devem ser confundidas com a Lista de Furnas, esquema desvios de estatal mineira para irrigação de campanhas de políticos majoritariamente do PSDB, entre eles Aécio Neves, também não investigada.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/11/2015 - Vermelho

Governo multará mineradora Samarco em R$ 250 milhões, afirma Dilma

Após sobrevoar a região devastada pelo rompimento há uma semana de duas barragens, na região de Mariana, em Minas Gerais, a presidenta Dilma Rousseff disse, nesta quinta-feira (12), que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) vai aplicar multas à mineradora Samarco de R$ 250 milhões por danos ambientais. "Várias legislações, entre elas federais, foram descumpridas", afirmou, em entrevista à imprensa em Governador Valadares.

Dilma concedeu entrevista coletiva ao lado do governador de Minas, Fernando PimentelDilma concedeu entrevista coletiva ao lado do governador de Minas, Fernando Pimentel "As multas ambientais preliminares que estamos dando, que montam a R$ 250 milhões, são por causar poluição de rios provocando danos à saúde humana; tornar área urbana ou rural imprópria para a ocupação humana; causar poluição hídrica que leve à interrupção de abastecimento público de água; lançar resíduos em desacordo com os padrões de qualidade exigidos em lei e provocar emissão de efluentes ou carreamento de materiais que provoquem dano à biodiversidade", disse.

Segundo Dilma, essas multas são preliminares e outras poderão ser aplicadas. A presidenta disse também que cabe ainda indenização à União, aos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, às prefeituras e às pessoas atingidas.

Dilma afirmou ainda que o governo está empenhado em responsabilizar os culpados pelo desastre em Mariana. "Quem é o responsável? É uma empresa privada, Samarco, uma empresa grande, que tem como sócios a Vale e a BHP Billiton. As empresas têm de ser responsabilizadas por várias coisas: primeiro, pelo atendimento emergencial da população; segundo, pela busca de soluções mais estáveis, mais perenes; e terceiro, pela reconstrução e pela capacidade de resolver os problemas da vida de cada um afetado por esse desastre."

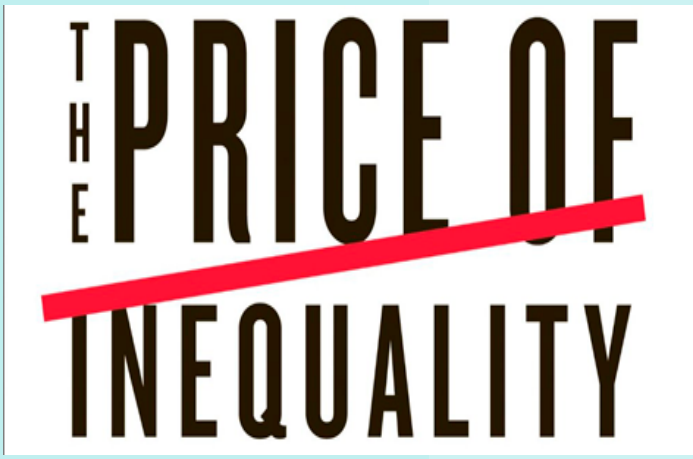
Mais cedo, a presidenta do Ibama, Marilene Ramos, havia informado que o órgão aplicaria duas multas à mineradora Samarco, alcançando R$ 100 milhões. Uma de R$ 50 milhões, pelo lançamento de rejeitos em rios próximos em decorrência do rompimento das barragens; e outra – no mesmo valor – em razão dos prejuízos causados à biodiversidade.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/11/2015 - Carta Maior

O preço da desigualdade

Novo livro do economista Joseph Stigliz promove uma análise crítica das causas e consequências das desigualdades nos Estados Unidos.



O crescente fosso entre os 1% mais ricos e os restantes 99% da população norte-americana é a evidência empírica de base a partir da qual Joseph Stiglitz desenvolve uma análise integrada dos factores que explicam esse fenómeno e as suas consequências. O principal objectivo da obra é o de promover uma cartografia dos processos económicos, mas sobretudo políticos, que fizeram dos Estados Unidos da América (EUA) uma sociedade na qual a riqueza e o bem-estar se concentram cada vez mais numa minoria da população. Stiglitz procura demonstrar ao longo do livro que as desigualdades não são nem inevitáveis nem se legitimam em qualquer lei ou pressuposto da ciência económica. Resultam, na verdade, de orientações ideológicas e de decisões concretas alinhadas com os interesses dos mais ricos. Esta obra é, neste sentido, um exercício crítico acerca da própria constituição política e económica da sociedade norte-americana nas últimas três décadas.

Stiglitz começa por quantificar a extensão da desigualdade na distribuição dos rendimentos e do bem-estar nos EUA, mais concretamente a sua concentração numa pequena fracção da população: indica, por exemplo, que os 1% mais ricos ganham 40% mais numa semana do que os 20% mais pobres num ano (p. 4). Mas os EUA é um país retratado como sendo desigual não só ao nível dos recursos, mas também no que diz respeito às oportunidades. Os custos crescentes da formação superior e a diminuição dos apoios públicos, combinados com a diminuição dos rendimentos da grande maioria das famílias, implicam que o número de jovens que têm a possibilidade de concluir o ensino superior diminua.

As baixas qualificações são apontadas por Stiglitz como potenciadoras das desigualdades, no sentido em que os trabalhadores com este tipo de perfil auferem, num contexto de globalização e num mercado de trabalho que premeia as qualificações mais elevadas, baixos salários e enfrentam redobrados riscos de desemprego. A globalização e a inovação tecnológica são factores que contribuem para a desigualdade social antes da intervenção do Estado, ou seja, antes de serem cobrados impostos, de efectuadas as transferências sociais ou de serem implementadas um conjunto de medidas com impacto na estrutura da distribuição do rendimento. Mas uma das premissas que norteia o livro é a de que embora os mercados moldem as desigualdades, é o governo e as políticas públicas que moldam os mercados. As políticas fiscais são, porventura, o exemplo mais usado pelo autor ao longo da obra para apresentar mecanismos de correcção das desigualdades e das injustiças sociais. Stiglitz defende um aumento dos impostos para os mais ricos, para as empresas que mais beneficiem da exploração de recursos naturais ou de monopólios, e às que mais poluam.

Leia mais em:
http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-preco-da--desigualdade/7/34967

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/11/2015 - Rede Brasil Atual

Blindagens de empresários e atrasos marcam CPI do HSBC

Comissão, que corre o risco de ser encerrada com o argumento de não ter acesso a informações suficientes, recebeu 431 documentos nos últimos oito meses e recuou na quebra de sigilos de suspeitos

Marcada por falhas na condução das investigações, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que apura o caso das contas secretas mantidas por brasileiros no HSBC da Suíça se reúne neste início de semana para decidir se os trabalhos serão encerrados antes do tempo. Caso não sejam, serão continuados com o reconhecimento, por parte dos seus integrantes, de que não resultarão em muitas respostas desejadas no início das apurações. O grande problema por trás dessa polêmica é a blindagem que tem sido feita pelos senadores aos empresários envolvidos no escândalo e os cancelamentos propositais do número de deliberações e audiências públicas, para dificultar os procedimentos da comissão.

O argumento apresentado pelos senadores na última terça-feira (3), quando foi colocada a discussão sobre serem encerrados ou não os trabalhos, foi o fato de a CPI não ter tido acesso aos documentos oficiais do governo Francês, que foram repassados apenas para o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. Tais documentos serão liberados, de forma reservada, pela PF, apenas no final de novembro e não têm condições de serem compartilhados totalmente com a comissão, uma vez que o acordo feito entre o governo daquele país e o governo brasileiro abrange a troca de informações sigilosas desse tipo apenas entre órgãos de investigação – e a França não considera a CPI um órgão investigador.

Segundo informações de assessores, a comissão dispõe, desde o início dos trabalhos, em 23 de março, de 431 outros documentos encaminhados por órgãos diversos mediante solicitação dos senadores, e 22 documentos anexos a audiências públicas e oitivas (muitos deles de caráter sigiloso). Além disso, o ex-funcionário do banco HSBC na Suíça, Hervé Falciani, que foi quem denunciou a história das contas secretas e deflagrou esse escândalo, de proporções mundiais, disse por vídeo conferência, em agosto passado, que está interessado em colaborar com a CPI. E se prontificou, inclusive, a encaminhar informações para os senadores.

Entre advogados e assessores legislativos, está claro que nem todas as informações repassadas para os titulares da CPI possuem a mesma relevância e o número de documentos entregues pode ou não representar ajuda significativa para as apurações. Mas Falciani chegou a enfatizar que o número de brasileiros envolvidos no escândalo das contas secretas é bem maior que os 8.500 inicialmente mencionados e que já possui uma separação, dentre estes nomes, sobre quais são os intermediários, os laranjas e os verdadeiros detentores das operações secretas realizadas no HSBC da Suíça, conforme contou o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor do pedido de instalação da comissão.

Leia mais em:
http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2015/11/cpi-hsbc-marcada-por-blindagem-de-empresarios-e-atrasos-5086.html